

EIXOS EMERGENTES NA PROPOSTA HABERMASIANA E A POSSIBILIDADE DA AÇÃO PEDAGÓGICA CRÍTICA E REFLEXIVA*

Marilyn Fontoura de Medeiros**

Resumo

O artigo trabalha com rupturas de paradigmas do conhecimento através da proposta complexa e desafiadora de Jürgen Habermas. A retomada da subjetividade e sua superação via ações intersubjetivas apontam para uma dimensão essencial da teoria crítica da sociedade que Habermas apresenta junto à ação comunicativa.

Seu paradigma contempla o enfrentamento do cotidiano onde as ações do mundo vivido não se deixem dominar pelas ações do mundo do sistema, superando o agir técnico-instrumental e/ou estratégico. Defende, para tanto, o questionamento radical e democrático de fatos e/ou vivências e/ou normas que sejam consideradas ilegítimas do ponto de vista da verdade, da veracidade e da justiça.

A legitimidade atua como princípio para a negociação a renegociação dessas normas, vivências e/ou fatos, visando sua reinstauração em novas bases argumentativas. Nesse processo de questionamento é buscado o desvelamento ideológico dos processos que impedem o mundo vivido de exercer o seu processo reflexivo e de construir intersubjetivamente a liberdade, como exercício democrático e emancipatório. Essas ações marcam nosso propósito em relação à prática educativa, mediados pela luta que busca a substituição de contextos normativamente assegurados por contextos comunicativamente estabelecidos.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o pensamento de Jürgen Habermas é extremamente desafiadora pela atualidade e processualidade de sua teoria; muito mais complexo se torna, ainda, o desafio de promover essa reflexão tendo como propósito a exploração transversalizada de sua teoria da ação comunicativa em sua teoria crítica de sociedade na dimensão da prática pedagógica.

* Resultado de reflexões acerca do tema a partir de pesquisas e do debate com alunos e com colegas pesquisadores da PUCRS e da UFRGS.

** Doutora de Educação; Professora do Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da PUCRS; Professora Titular Visitante do PPG Clínica Médica da Faculdade de medicina da UFRGS.

Demarcam a complexidade e, ao mesmo tempo, a riqueza de seu pensamento esforços representados pela busca de uma teoria consensual da verdade, a luta pelo desenvolvimento de um sujeito reflexivo e crítico numa ação intersubjetiva caracterizada pela defesa irrestrita e radical da ação democrática. Da mesma forma, esse pensamento abre várias frentes de discussão através de questões como os nexos entre teoria e prática (Habermas, 1982, 1989a, 1989b); a relação entre o potencial emancipatório (Habermas, 1987, 1989b); o desvelamento de interesses que norteiam o uso do conhecimento (Habermas, 1987, 1988, 1989c); a força atribuída à linguagem na construção do entendimento e no engate do discurso argumentativo (Habermas, 1988, 1989b, 1989c, 1990, 1991, 1993); a aceitação e a luta pela democracia através da construção sócio-individual da liberdade (Habermas, 1989d, 1990, 1993); a construção do eu numa visão descentrada que envolve o eu, o tu e o outro numa comunidade de comunicações (Habermas, 1987b, 1989a, 1989b, 1990a); a assunção de verdade falíveis construídas processualisticamente com base num consenso fundado em um clima de liberdade e de radical democracia (Habermas, 1989b, 1989c); o conceito de mundo vivido como pressuposto analítico ao agir comunicativo e como base de uma teoria crítica de sociedade (Habermas, 1989b); a configuração da racionalidade como nexos entre teoria e prática (Habermas, 1989b, 1990, 1993).

Com relação a sua base epistemológica postada em Kant, Hegel e Marx (Habermas, 1987b, 1989b) diversos autores fazem exposições pertinentes, trazendo além da gênese as condições em que tais idéias podem ser validadas e em que medida elas se aproximam dessas fontes ou delas se afastam, superando-as (Rouanet, 1986, 1987; Stein, 1986, 1988; McLellan, 1987; Siebeneichler, 1989; Oliveira, 1989; Freitag, 1990, 1991; Amey, 1990; Giannotti, 1991; Aragão, 1992; Cirne Lima, 1989). O próprio Habermas (1990a) aponta as proposições de Piaget e de Kohlberg (Habermas, 1989a, 1990) como pontos básicos, apropriados da psicologia genética, no sentido da construção do "eu"; é, ainda, o autor, influenciado pelo interacionismo simbólico de Mead, Blumer, Goffmann, através de influências advindas da psicologia analítica representadas na concepção habermasiana por H. Sullivan e Erikson (Habermas, 1989a, 1990a), além das contribuições de Austin e Searle (Habermas, 1987b, 1990a) quanto aos atos da fala. Com os demais autores, tais como Parson, Weber, Chomsky, Popper, Luhmann, Foucault, Castoriadis, Habermas trava o que ele mesmo denomina como "experimento com idéias" (Habermas, 1987b, 1987c, 1990c) através dos quais exercita a crítica e a autocrítica. Habermas atualiza seu próprio processo de argumentação e contra-argumentação, assumindo as verdades em seu potencial de falibilidade (Medeiros, 1993).

Apontado como um dos mais importantes pensadores contemporâneos na análise da ideologia e crítica da sociedade propõe, a partir da herança marxiana, superá-la em relação à interpretação e ao uso do conceito de trabalho e de classe social como únicos interlocutores válidos. Segundo McLellan (1987, p. 123),

“esta preocupação com os fatores não econômicos e a necessidade de uma reformulação drástica de Marx justificam-se, de acordo com Habermas, pelas mudanças na sociedade industrial avançada durante os últimos cem anos. Ele pensa que, enquanto no tempo de Marx, a ideologia predominante se baseava na idéia de iguais trocas de mercado, o avanço da tecnologia no século XX fez surgir uma consciência tecnocrática que reduz político ao técnico (...). Este processo envolve ao mesmo tempo uma despolitização da sociedade. Sendo, em certo sentido, menos ideológica do que as suas antecedentes, na medida em que não representa uma idealização ou ilusão acima e contra a vida “real”, esta consciência tecnocrática é, ao mesmo tempo, mais ideológica porque é mais universalista e mais difícil de contrariar do que as suas antecedentes, na medida em que suprime pura e simplesmente todas as alternativas possíveis em nome da economia e da eficiência, e só permite que aconteça debate acerca dos diferentes meios, para um fim determinado”.

Na perspectiva habermasiana todos os atos são passíveis de argumentação e de contra-argumentação, cabendo o questionamento tanto aos meios quanto aos fins, tendo-se a possibilidade de alterá-los, suprimi-los ou reinstaurá-los em novas bases argumentativas por meio de um agir voltado para o entendimento. Objetivos, processos e resultados têm condições de serem permanentemente questionados, desde que observados os princípios argumentativos pressupostos das pretensões de validade da ação comunicativa (Medeiros, 1990, 1993).

EIXOS EMERGENTES

O trabalho de Habermas centra-se, segundo nosso entendimento, no mínimo em quatro grandes eixos que se complementam e interpenetram: o eixo paradigmático, que inclui a superação do sujeito monológico ou socialmente determinado via um processo fundado na intersubjetividade (Habermas, 1987a, 1987b); um segundo eixo, epistemológico, que contempla os nexos entre teoria e prática e, no qual emergem os conceitos de interesses e racionalidades presentes no uso do conhecimento (Habermas, 1982, 1987a, 1989a); um terceiro eixo que demarca uma proposta de teoria crítica de sociedade, calcada numa dimensão de cotidianidade e de luta perene entre mundo vivido e mundo do sistema (Habermas, 1989b, 1990b); um quarto eixo, decorrente e determinante dos demais, que assinala a força da linguagem no processo de descolonização do mundo vivido em ações sociais construídas intersubjetivamente com interesses centrados na construção da democracia, da liberdade da emancipação sócio-individual (Habermas, 1982, 1983, 1987a, 1987b, 1989, 1990a, 1990b, 1990c, 1990d, 1991a, 1991b, 1993a, 1993b).

1 - MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS

Habermas apresenta uma proposta, *sem a dimensão da exclusão*, na relação entre sujeitos (S → S), superando a abordagem até então enfatizada, seja dentro do capitalismo quanto do socialismo burocrático, que de uma forma ou outra, ainda contempla uma relação sujeito-objeto (S → O).

A compreensão da ruptura paradigmática exige a exploração de conceitos como racionalidade, interesse, filosofia da consciência e da comunicação.

O entendimento do conceito de racionalidade, nessa dimensão processualisticamente configurado (Habermas, 1987b, 1989a), torna-se mais fácil na medida em que se analisa as mudanças ocorridas a partir da década de setenta. Segundo Siebeneichler (1989, p. 61-62)

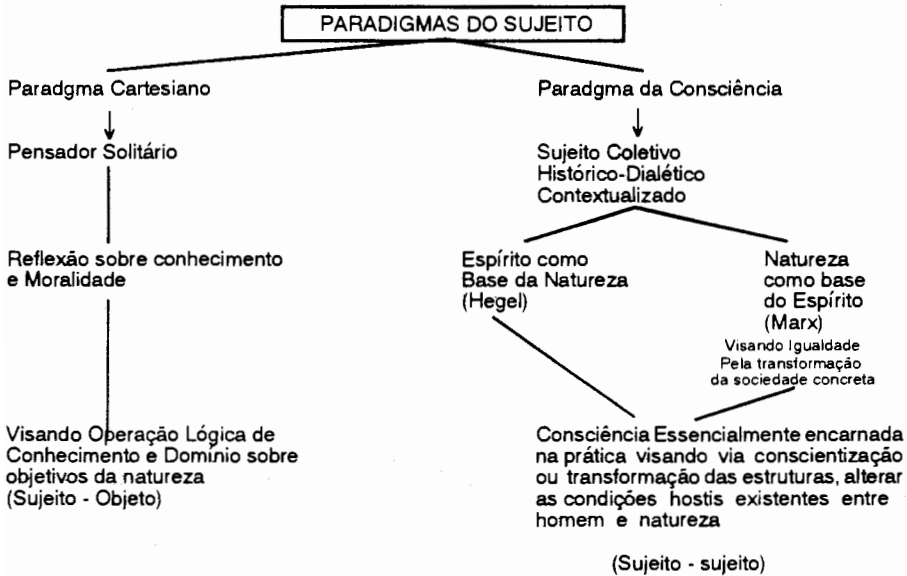
“se vê confrontado com dois paradigmas possíveis: o da filosofia da consciência ou do sujeito e o da comunicação, ou seja, paradigma o conhecimento de objetos e o paradigma do entendimento entre sujeitos capazes de falar e de agir (...) O que define cada um destes paradigmas é a sua relação com o sujeito cognoscente. No paradigma da filosofia da consciência, que serviu de moldura a Descartes, Spinoza, Leibniz, Kant, Schelling e Hegel, o sujeito é interpretado basicamente como dotado da capacidade de assumir um duplo enfoque com relação ao mundo dos objetos possíveis: o conhecimento de objetos e a dominação.

*No paradigma da comunicação proposta por ele o sujeito cognoscente não é mais definido exclusivamente como sendo aquele que se relaciona com objetos para conhecê-los ou para agir através deles e dominá-los, mas como aquele que, durante seu processo de desenvolvimento histórico, é obrigado a entender-se junto com outros sujeitos sobre o que pode significar o fato de **conhecer objetos ou agir através de objetos, ou ainda dominar objetos ou coisas.***

Por conseguinte, no paradigma da comunicação é fundamental não o enfoque objetivante, através do qual o sujeito procura orientar-se com relação a si mesmo e com relação aos objetos e entidades no mundo mas o enfoque performativo do entendimento intersubjetivo entre sujeitos capazes de falar e de agir”.

Segundo Habermas (1989a, 1990b), o paradigma do sujeito encontra-se esgotado, representando a passagem do paradigma da filosofia da consciência para o paradigma da linguagem como um corte de grande profundidade. Supõe a passagem da clássica lógica do raciocínio para a lógica dos enunciados, a passagem da interpretação do conhecimento como teoria dos objetos para a teoria dos estados das coisas, a passagem da explicação intencionalista das

CONHECIMENTO OBTIDO PELA RACIONALIDADE CENTRADA NO SUJEITO



CONHECIMENTO OBTIDO PELA RACIONALIDADE CENTRADA NA COMUNICAÇÃO

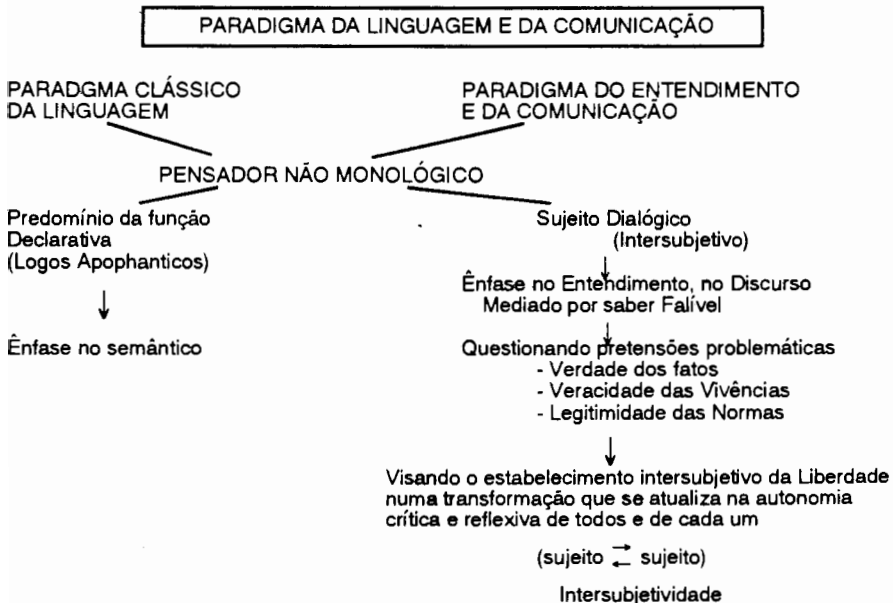


Diagrama I

Paradigmas do conhecimento com vistas à proposta de crítica de Jürgen Habermas

realizações da compreensão e da comunicação para a explicação no âmbito de uma teoria da linguagem, substituindo as relações sujeito-objeto.

Na retomada da consciência, Habermas retoma também a dimensão epistemológica abandonada, segundo ele, pelos marxistas ortodoxos ou marxistas russos como as vezes os denomina, mostrando portanto que a realidade aparentemente inocente é, na verdade, o produto de várias mediações não exclusivamente de ordem econômica. A realidade é, muito mais da ordem da racionalidade que se pratica em função do interesse que orienta o conhecimento e o paradigma que se defende na ação (Medeiros 1993).

Com essa proposta de ruptura (Klein, Lovatel e Medeiros, 1991, 1993; Medeiros, Colla e Martins, 1993), o autor reafirma que a racionalidade centrada no sujeito busca suas medidas e suas verdades no conhecimento e no domínio sobre objetos e coisas; com isso, usufrui do poder que lhe é dado pelo conhecimento para "organizar cientificamente" a sociedade. Ele denomina esse enfoque de usurpação do processo social, via falsos ou falaciosos esquemas de legitimação (Habermas, 1980, 1982, 1987a, 1987b).

2º NEXOS ENTRE TEORIA E PRÁTICA COMO EXPRESSÃO DE RACIONALIDADES

O conceito de racionalidade, profundamente imbricado com o de interesses e conhecimentos (Habermas, 1982, 1987a, 1987b), opera-se a partir de um outro conceito peculiar em Habermas, qual seja o de mundo vivido. Não obstante, o entendimento de racionalidade na perspectiva que Habermas lhe empresta, é completamente diferente da abordagem positivista ou mesmo weberiana, aliando-se ao desvelamento dos interesses que norteiam o uso do conhecimento e as ações da sociedade.

Caberia questionar nesse quadro, qual seria o estatuto dos interesses cognitivos? Habermas os expressa em "Conhecimentos e Interesses" (1982) e em "Técnica e Ciência como ideologia" (1987a). Rouanet (1986, p. 216), assim os interpreta:

"Os interesses são as orientações básicas enraizadas nas condições fundamentais específicas da reprodução e autoconstituição da espécie humana, ou seja, trabalho e interação. (...) Os interesses constituem a mudança entre a teoria e a prática: entre os contextos espontâneos da ação instrumental e comunicativa e as carências que eles correspondem, por um lado, e entre estas e a gama de aplicações possíveis, por outro".

Os dois paradigmas expostos anteriormente e, por último, a relação entre conhecimentos e interesses como norteadores de nossa prática no dia-a-dia

dão força ao entendimento de racionalidade em suas dimensões processual e plural que esses interesses e conhecimentos originam.

Segundo Habermas (1982, 1987b), a racionalidade tem muito menos a ver com o conhecimento e com sua aquisição do que **com o uso que os sujeitos fazem do conhecimento**.

Este conceito, capital para o autor é assim entendido:

“chamamos racionalidade em primeiro lugar, à disposição por parte do sujeito falante e atuante de adquirir e utilizar um saber falível. Enquanto os conceitos básicos da filosofia da consciência impuseram que se compreenda o saber, exclusivamente como saber de algo no mundo objetivo, a racionalidade limita-se ao modo como o sujeito isolado se orienta em função dos conteúdos das suas representações e de seus enunciados. A razão centrada no sujeito encontra seus [critérios] em padrões de verdade e sucesso que regulam as relações do sujeito que conhece e age com o mundo dos objetos possíveis ou do estado de coisas. Quando, pelo contrário, entendemos o saber como transmitido de forma comunicacional, a racionalidade limita-se à capacidade de participantes responsáveis em interações de se orientarem em relação a exigências de validade que “se” assentam sobre o reconhecimento intersubjetivo. A razão comunicacional encontra seus critérios no procedimento de questionamento direto ou indireto de exigências de verdade proposicional, justiça normativa, veracidade subjetiva e coerência estética” (Habermas, 1990b, p. 291):

Temos refletido sobre os usos de racionalidades diferenciadas nos contextos pedagógicos, determinando com isso, realidades também diferenciadas com o uso do poder, do processo de dominação, de persuasão, de relação velada, assim como seu contraponto nas ações autônomas e reflexivo-críticas. Nesse sentido, temos presente que, **usar um tipo ou outro de racionalidade nas ações humanas não é indiferente para o benefício social** assim como não é indiferente a forma de fazer, entender e defender a pesquisa e a construção da ciência (Medeiros, Colla e Martins, 1991, 1993; Klein, Lovatel e Medeiros, 1992, 1993).

Essa talvez seja a contribuição mais rica do autor em termos da teoria do conhecimento e de seu uso, provocando um redimensionamento da epistemologia em sua dimensão de coerência. A idéia do uso do conhecimento via racionalidade (e não o seu inverso) é revolucionário, passando a exigir de nós um processo permanente de reflexão, retomando e superando uma apropriação kantiana.

Convém retomar o entendimento de interesse e conhecimento:

"o conceito de interesse como guia do conhecimento implica os dois momentos formativos: conhecimento e interesse. Trata-se agora de esclarecer suas conexões mútuas. Conforme nossa experiência cotidiana o demonstra, as idéias servem muitas vezes como esquemas justificativos de ações, sem ter em conta os dados da realidade, seus móveis reais. No nível individual, este processo chama-se racionalização; no nível da ação coletiva, denomina-se ideologia" (Habermas, 1983, p. 307-308).

Em "Conhecimento e Interesse" (1982) e em "Técnica e Ciência como Ideologia" (1987a), Habermas busca caracterizar os interesses e conhecimentos norteadores da ação, em **empírico-analítico, histórico-hermenêutico** ou pela ciência orientada criticamente e denominada como **praxiológica-emancipatório**.

A partir de seus estudos sobre ação comunicativa (1987b, 1989a, 1990a), propõe uma subdivisão em termos das relações entre mundo vivido e mundo do sistema, configurando as racionalidades em interesses *instrumentais, estratégicos e emancipatórios*.

Afirma para isso que

*"a uma ação orientada para o êxito, denominamos **instrumental** quando a consideramos sob o aspecto de observância de regras de ação técnica e avaliamos o grau de eficácia da intervenção que essa razão representa a um contexto de estados e sucessos; e a uma ação orientada ao êxito a chamamos **estratégica**, quando a consideramos sob o aspecto de observância de regras de escolha racional e avaliamos seu grau de influência sobre as decisões de um oponente racional. As ações instrumentais podem estar associadas a interações sociais. Falo, em troca, de **ações comunicativas**, quando os planos de ação dos atores implicados não se coordenam através de cálculos egocêntricos de resultados, mas mediante **atos de entendimento**. Na ação comunicativa, os participantes não se orientam primariamente ao próprio êxito; antes, perseguem seus fins individuais sob a condição de que seus respectivos planos de ação possam harmonizar-se entre si sob a base de uma definição da situação compartilhada entre os atores. Daí que a negociação das definições da situação seja um componente essencial da tarefa interpretativa que a ação comunicativa requer"* (Habermas, 1990a, p. 367).

Esses atos de entendimento, como parte da renegociação política determinam que afirmemos: diálogo intersubjetivo, democracia e autonomia

crítico-reflexiva são fundamentais para a construção e uso de espaços públicos, com vistas à construção sócio-individual da liberdade.

Entendimento é compreendido como

“um acordo racionalmente motivado, o alcançado entre os participantes, que se mensura por pretensões de validade (verdade proposicional, retidão normativa e veracidade expressiva) (...) caracterizam diversas categorias de um saber que se evidencia em manifestações ou emissões simbólicas” (Habermas, 1990b, p. 110).

Assim,

“entender-se é um processo de obtenção de um acordo entre sujeitos lingüística e interativamente competentes. Mas pode ocorrer que um grupo de pessoas sinta-se em estado de ânimo, o qual esteja tão difuso que resulte difícil assinalar seu conteúdo proposicional, o objeto intencional a que esse estado de ânimo se dirige. Tal “unanimidade” não cumpre as condições do tipo de consenso, no qual as tentativas de entendimento terminam quando do sucesso. Um acordo alcançado comunicativamente, ou um acordo posto em comum na ação comunicativa é um acordo proposicionalmente diferenciado” (Habermas, 1990b, p. 110).

Como condições, o autor propõe que um

“um acordo alcançado comunicativamente tem que ter uma base racional; é dizer, não pode vir imposto por nenhuma das partes, seja instrumentalmente, seja estrategicamente, por meio de um influxo calculado sobre as decisões de um oponente. Certamente que pode haver acordos que, objetivamente, sejam acordos forçados, mas o que foi produzido por um influxo externo ou mediante o uso da violência, não pode constar, subjetivamente, como acordo. O acordo se baseia em convicções comuns”. (Habermas, 1990b, p. 368-369).

3º UMA TEORIA CRÍTICA DE SOCIEDADE

Concordamos com Aragão (1992) quando afirma ser a proposta de teoria crítica de sociedade de Habermas um derivado de sua teoria de racionalidade. O centrar-se na dimensão de racionalidade, de conhecimentos e de interesses tem a ver com a dinâmica das sociedades subdivididas, segundo o autor, em mundo vivido e mundo do sistema. Cada um desses mundos comporta uma

forma de ver e de explicar a sociedade, a personalidade, a cultura e, nelas os processos diferenciados quanto à integração social, à reprodução cultural e à socialização. (Medeiros, Colla e Martins, 1993).

Por sua vez a divisão em três mundos, derivados de Popper, servem para Habermas evidenciar que, ao eleger um determinado conceito de ação nos comprometemos com determinadas pressuposições. Ao atuar comunicativamente, os sujeitos se entendem sempre no horizonte de um mundo da vida. Seu mundo da vida está formado por convicções de fundo, mais ou menos difusas, mas sempre a-problemáticas. O mundo da vida é a fonte da qual se obtém as definições da situação que os implicados pressupõem como a-problemáticas. Em suas operações interpretativas, os membros de uma comunidade desvelam o mundo objetivo e o mundo social que intersubjetivamente compartilham, frente aos mundos subjetivo de cada um e frente a outros coletivos.

Para que ocorra esse processo de compartilhamento das intersubjetividades, a teoria da argumentação, base para a ação comunicativa, pressupõe um sistema de validade. Segundo Freitag (1990, p. 18),

“quando o “eu” passa de mera opinião para uma constatação sobre fatos e relações no mundo da natureza externa, tais constatações implicam em “pretensões de verdade” que podem ser examinadas por outros “eus”. O mesmo ocorre com certas tendências e inclinações subjetivas. Elas escapam a um controle alheio. Uma vez transformadas em ordens ou normas elas precisam ser validadas. Da mesma maneira devem ser tratadas valorações (julgamentos) que transcendem o mero sentimento. A verdade sobre os fatos, a adequação das normas, a veracidade do locutor podem ser postas em questão, exigindo validação”.

O diagrama de Medeiros (1992) que segue, apresenta graficamente, a proposta de Habermas acerca de uma teoria crítica de sociedade com a subdivisão em Mundo do Sistema e Mundo da Vida. Neste, se faz presente toda a força e possibilidade da ação comunicativa e da construção intersubjetiva da liberdade (Habermas, 1987c, 1989a, 1990b, 1990c, 1992b).

DIAGRAMA II

TEORIA CRÍTICA DE SOCIEDADE

MUNDOS

MUNDO DO SISTEMA			MUNDO DA VIDA
Modos de reprodução material		pressupostos representado por	Modos de produção e reprodução simbólica
Estado	Economia	encarnado pelo (a)	Experiência comunicativa intersubjetiva
Poder	Dinheiro	dominado pela lógica	tematização das verdades - verdades falíveis
acordos sistêmicos		ênfase	desvelamento ideológico como base
meios		questionamento	fins e meios (sejam normas, fatos, vivências)
Ação instrumental e/ou estratégia		racionalidades	Ação comunicativa
Êxito e domínio		fins	entendimento, liberdade e autonomia reflexiva

4º A FORÇA DA LINGUAGEM PARA A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DA LIBERDADE E DA AUTONOMIA

Aragão (1992) apresenta a aguinada da linguagem como força esclarecedora e ampliada da razão, como já foi exposto quando da exposição das mudanças paradigmáticas defendidas. Por sua vez, essas mudanças centram-se não só no sujeito monológico, não só na estrutura semântica pois a intersubjetividade do entendimento lingüístico é em si mesma porosa, (...) não apaga[ando] no momento de acordo, as diferenças das perspectivas dos falantes, pressupondo-as como irrevogáveis" (Habermas, 1989c).

O autor em análise de Mc Carthy, (1987) condiciona às possibilidades de uma pragmática universal a existência de 5 postulados como seguem:

. a coordenação das situações de fala dentro de um sistema de coordenadas, formada pelo mundo vivido: o mundo de cada um e o nosso mundo compartilhado, baseado na reciprocidade de expectativas;

. a necessidade de uma competência comunicativa (diferente da meramente lingüística), exigindo a habilidade do falante de produzir orações gramaticalmente corretas (o que significa ser emitida em uma situação particular, em relação a uma realidade externa - seja do mundo dos objetos - que podem ser verdadeiros ou falsos; seja interna - do mundo subjetivo do falante, que podem se apresentar como verazes; seja com o mundo das normas, que podem ser ou não justas);

. a seleção de um conteúdo proposicional que reflita uma experiência ou fato (de modo que o ouvinte possa compartilhar o saber do falante);

. a expressão de sua intenção, refletindo o que o falante pensa (de modo que o ouvinte possa confiar no falante);

. a realização de atos de fala que digam respeito a normas reconhecidas ou que correspondam à imagens aceitas (de modo que o ouvinte possa estar de acordo com o falante nesses valores).

Essas suposições, mediadas pelos atos da fala argumentativa e contra-argumentativamente permitem que pensemos a possibilidade de **superação de contextos normativamente assegurados por contextos comunicativamente obtidos.**

Habermas sustenta que os agentes humanos em todas as ações praticam (em particular, em todo ato de fala) e devem pressupor a situação de fala ideal o de assumi-la contrafactualmente, isto é, devem agir como se a situação presente fosse ideal, embora jamais possam saber que ela o é, e terão geralmente razão para crer que ela não o é. No jargão técnico do autor, diz-se que os agentes antecipam a situação ideal de fala sempre que agem.

Nesse sentido, esses critérios transcendentais de liberdade e racionalidade são parte inerente ao processo aberto à discussão e à reflexão crítica vivida, de modo a oferecer aos participantes - sujeitos do processo - força esclarecedora e emancipatória para desvelar o que é determinado ideologicamente. Emancipação, reflexão crítica e processo de autonomia estão indissociavelmente ligados.

Assim, emerge a distinção entre crítica dogmática - que oprime a quem é criticado e crítica dialética, que liberta quem critica e quem é criticado.

Enquanto a crítica dogmática procura impor a própria visão ao que é criticado, sempre exterior ao objeto criticado, a crítica dialética

“debruça-se sobre o que vai ser criticado e recebe do objeto, no momento da crítica, impulsos de pensamento que nascem precisamente de suas brechas e contradições. Aos olhos da crítica dialética, as contradições não constituem indícios de fraqueza de pensamento do autor tratado, mas indicadores de que um determinado problema ainda não foi resolvido definitivamente ou que está encoberto” (Siebeneichler, 1989, p. 27).

À GUIA DE CONCLUSÃO E A PERSPECTIVA DA AÇÃO PEDAGÓGICA

A competência comunicativa depende de um eu socialmente competente e individualmente reflexivo, que participa de contextos interativos cada vez mais complexos, com vistas ao entendimento com outros eus, cuja identidade somente pode ser assegurada no plano intersubjetivo da ação e da linguagem, numa moldura não coercitiva e sem violência simbólica. É dessa forma que consegue superar a heteronomia imposta pelo social, através do questionamento das pretensões da validade embutidas na linguagem institucional.

Nessa mesma linha, Freitag e Rouanet (1980), afirmam que Habermas concebe a terapia (metaforicamente) ou o discurso argumentativo e desvelador como a tentativa de re-simbolizar os conteúdos banidos, tornados aproblemáticos, reintegrando-os na linguagem pública. E os sujeitos, imersos na falsa consciência, reconhecem-se em tais construções, mediante processos interativos autônomos de auto-reflexão, que, com isso, reconstróem fragmentos em direção à emancipação.

Habermas (1993, p.99) afirma que

“os conceitos tais como esclarecimento e emancipação referem-se a processos nos quais a gente experimenta em si mesmo como se transforma quando aprende a se comportar racionalmente sob pontos de vista formais. Esclarecimento é um reflexo da auto-experiência no decurso de processos de aprendizagem. Emancipação tem a ver com libertação em relação a parcialidades que, pelo fato de não resultarem da causalidade da natureza ou das limitações do próprio entendimento derivam de certa forma, de nossa responsabilidade (...) nela os processos de auto-entendimento se entrecruzam com um ganho de autonomia”.

O processo interativo que parte do mundo vivido, sem a busca exclusiva do êxito, com base eminentemente intersubjetiva, instaura um processo

dialógico cujo conteúdo é o debate em torno de normas e instituições como processo político (Rouanete, 1987). É desse processo político que emerge a condição do espaço público, local por excelência da palavra, na qual se supõe estruturas de consciência capazes de transcender seus próprios limites, concretizados pelo descentramento. Esse espaço público propicia a moldura argumentativa para a busca de pretensões de validade das verdades democraticamente postadas (Lovatel, Klein e Medeiros, 1993).

Freitag assim se expressa para sintetizar o pensamento do autor

“Habermas propõe uma reflexão radical coletiva, democrática, e uma renegociação política na qual todos deveriam participar. A política, esvaziada pelos tecnocratas e rotinizada pelos aparelhos, voltaria às ruas, transformando-se em coisa de todos. A racionalidade instrumental voltaria às fábricas e aos escritórios da administração burocrática, funcionando sob o controle da maioria com base num consenso comunicativamente estabelecido e a qualquer momento renegociável. A crítica, embutida nos procedimentos sociais de busca de verdade e da fixação de normas, seria institucionalizada como instância de problematização permanente. Seriam ativados os potenciais de racionalidade comunicativa na linguagem e na interação, para que cada indivíduo pudesse participar, cognitiva e praticamente, desse grande processo de recuperação e descolonização do mundo vivido” (Freitag, 1989, p.38)

Finalmente, Habermas reafirma que os desafios que vamos enfrentar no século XXI exigirão respostas que dificilmente podem ser encontradas e construídas sem uma formação de opinião e de vontade que generalize os interesses e seja radicalmente democrática (Habermas, 1991).

BIBLIOGRAFIA

- AMEY, Claude. Experiência estética e agir comunicativo. São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP*, 29:131-147, março, 1991.
- ARAGÃO, Lucia Maria de Carvalho. *Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- CIRNE LIMA, Carlos Roberto Velho. Para uma razão pragmática. *Síntese*, 18, Belo Horizonte: 1989.
- FREITAG, Bárbara e Rouanet, Sérgio Paulo (orgs.). *Habermas: Sociologia . Grandes cientistas sociais*. São Paulo: Atica, 1980.

FREITAG, Bárbara. A questão da moralidade da razão prática de Kant à ética discursiva de Habermas. *Tempo Social*. USP, São Paulo, 1(2):7-44, 1989a.

_____. Razão teórica e razão prática: Kant e Piaget. *Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF*, USP, Out., 1989b.

_____. *Psicologia genética e teoria crítica*. Piaget e Habermas: uma síntese. Porto Alegre: SMEC, 1990.

GIANNOTTI, José Arthur. Habermas: mão e contramão. São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP*, 31:7-23, out., 1991.

HABERMAS, Jürgen. *A crise de legitimação do capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

_____. *Sociologia*. Freitag, Bárbara e Rouanet, Sérgio Paulo (orgs.). São Paulo: Ática, 1980 (Grandes Cientistas Sociais).

_____. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Técnica e ciência enquanto ideologia*. In: Textos escolhidos (Coleção Os Pensadores), São Paulo, Abril, 1983.

_____. *Técnica e ciência como ideologia*. Porto Edições Setenta, 1987.

_____. *Teoría y Praxis*. Estudios de filosofía social. Madrid: Tecnos, 1987a.

_____. A nova intransparência. São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP*, 18: 103-114, 1987c.

_____. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987b, volume I e II.

_____. *La lógica de las ciencias sociales*. Madrid: Tecnos, 1988.

_____. *Teoría de acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madrid: Ediciones Catedra, 1989a.

_____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989b.

_____. A unidade da razão na multiplicidade de sua vozes. *Revista Filosófica Brasileira*, Rio de Janeiro, IV(4):24-81, 1989c.

_____. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1990a.

_____. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa, Dom Quixote, 1990b.

_____. *Que significa socialismo hoje? revolução recuperadora e necessidade de revisão da esquerda*. São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP*, 30:43-61, Julho, 1991a.

_____. *Modernidad, un projecto incompleto*. In: CASULLO, Nicolas (comp.). *El debate modernidad pós-modernidad*. Buenos Aires, Punto Sur, p. 131-144, 1991b.

_____. *Passado como futuro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993.

KLEIN, Maria Helena Córdova; LOVATEL, Tereza Hoffmeister e MEDEIROS, Marilu Fontoura de. *Construindo um processo avaliativo, com vistas à ação comunicativa: suas possibilidades*. Porto Alegre: UFRGS/PUCRS. Trabalho apresentado no VI ENDIPE, Porto Alegre, dezembro, 1991.

_____. *Construindo um processo avaliativo, com vistas à ação comunicativa e crítica: a força emancipatória*. Porto Alegre. UFRGS/PUCRS. Relatório final da pesquisa. 1993.

McCARTHY, Thomas. *La teoria critica de Jürgen Habermas*. Madrid, Tecnos, 1987.

McLELLAN, David. *Ideologia*. Porto Estampa, 1987.

MEDEIROS, Gilberto Mucilo de. *O processo de modernização da universidade: movimentos e tendência*. Porto Alegre, PUCRS, tese de Doutorado em fase final, 1992.

MEDEIROS, Marilu Fontoura de. *Anotações introdutórias com vistas ao entendimento da Teoria da Ação Comunicativa: o pensamento de Jürgen Habermas*. Porto Alegre: CPG Educação, FAGED/UFRGS. Disciplina Ideologia e Currículo, 1990.

_____. COLLA, Anamaria Lopes e MARTINS, Ana Maria Petersen. *Paradigmas ideológicos do trabalho da universidade com o ensino de 1º grau: a universidade faz uma práxis do discurso que apresenta?* São Paulo: PPGEDUC/FAGED/UFRGS e PPGEDUC/FAGED/PUCRS, XIV ANPED, 1991.

_____. Idem. Relatório final de pesquisa. PUCRS/ UFRGS/CNPq., 1993.

_____. A proposta de uma teoria emancipatória de Jürgen Habermas e as possibilidades na prática pedagógica. Porto Alegre, *Educação*, PUCRS, 1993 (No prelo).

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *A filosofia da modernidade*. São Paulo: Loyola, 1989.

ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. *Jürgen Habermas. Razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

STEIN, Ernildo. *Racionalidade e existência*. Porto Alegre, LPM, 1988.